

## 2014 - Na crise ucraniana: a península de Qirín

Na crise ucraniana: a península de Qirín...  
por: Eugénio Costa Almeida©

Ponto prévio, a península de Qirín não é mais que o nome tártaro da região (os cita-auri), e que foi traduzido pelos primeiros conquistadores modernos, os gregos (dórios e jónios), por Krimaia, ou seja, a península da Crimeia. A península foi, sucessivamente, ocupada por cimérios (assírios), citas-sármatas (antigos povos persas), dórios e jónios (gregos), godos e hunos (germânicos), russos, turcos-bizantinos e mongóis, genoveses e turcos otomanos, estes até 1777, tornando-se, definitivamente, ocupado pelos russos em 1783. A sua posição geoestratégica — autêntico checkpoint entre o Bósforo e o Mar Negro —, tal como hoje, sempre despertou o interesse das potências da altura. Recordemos a primeira guerra da Crimeia, entre 1853 e 1856, e que opôs os russos às forças conjuntas anglo-franco-sarda (Inglaterra, França e Sardenha) e otomanas com o apoio do império austro-húngaro. Apesar de, militarmente, os russos terem sido derrotados no cerco de Sebastopol (ontem, como hoje, sede da flotilha russa do Mar Negro) na realidade a coligação anglo-francesa acabou por ser arruinada por efeitos de várias doenças colhidas na região. E se, apesar de, militarmente, o Império russo nunca ter aceitado os termos de rendição — oficialmente o conflito só terminou com o Tratado de Paris de 1856 que impedia a Rússia de ter bases navais na região e abandonar as pretensões expansionistas para os Balcãs —, politicamente a península ficou sempre na órbita russa até meados dos anos 50 do século passado (concretamente, até à declaração do Soviete Supremo de 19 de Fevereiro de 1954) quando o então secretário-geral do PCUS, Nikita Krushev, por acaso originário de Kalinovka, aldeia localizada na fronteira russo-ucraniana, e antigo governador da Ucrânia, decidiu oferecer a península à República Socialista da Ucrânia. Note-se que por volta de 1917/1918, aproveitando a revolução bolchevique, os tártaros quiseram recuperar a sua antiga independência política e anunciaram o restabelecimento da república independente da Canato da Crimeia — chegou a ser, por volta do século XVIII, uma das maiores potências regionais —, mas sem sucesso. Nesta doação à Ucrânia ficou salvaguardada a manutenção da frota russa do Mar Negro, em Sebastopol, com a presença de vários batalhões do exército russo. Todavia, a queda do Muro de Berlim e a subsequente independência da Ucrânia, tornou necessário um acordo entre os então presidentes Boris Yeltsin (Rússia), e Leonidas Kravchuk (Ucrânia), sobre a base naval de Sebastopol, ajuste que incluiu a divisão da antiga Frota Soviética do Mar Negro entre as duas Nações, em Junho de 1992, pelo acordo de Yalta. Em Maio de 1997, com a ratificação das novas fronteiras entre os dois países, Moscovo ficou com 80% da frota do Mar Negro e um acordo para conservar a base naval de Sebastopol por 20 anos, até 2017, bem como outras 77 importantes e estratégicas instalações. A manutenção do estacionamento russo em Sebastopol foi, recentemente (21 de abril de 2010), prorrogada para 2042, num acordo assinado pelos presidentes russo, Vladimir Putin, e pelo deposto Viktor Yanukovich, recebendo a Ucrânia, como contrapartida, o equivalente a 40 bilhões de dólares devido a uma redução substancial, de cerca de 30%, no preço do gás russo durante os seguintes dez anos. Sabendo que um dos grandes projectos do império russo foi ligar o sul (termicamente moderado) ao norte (gélido) do país através de um canal que tornasse a Rússia independente dos mares terceiros, principalmente devido ao “General Inverno”, é compreensível que as autoridades de Moscovo não vejam com bons olhos uma eventual ocupação anti-russa no seu principal porto meridional europeu no que poderia estrangular a sua capacidade de projecção estratégica, caso as novas autoridades ucranianas se aproximem, perigosamente, de uma política europeísta demasiado liberal e “independentista” ou se tornem, como outros países da antiga órbita soviética, da esfera de influência da OTAN/NATO. Acresce que a presença da flotilha russa na Crimeia permite-lhe manter a sua projecção no ancestral e histórico Mare Nostrum russo — perante as inexistentes frotas búlgaras, ucranianas ou romenas — e a sua influência junto de certos estados árabes leste mediterrânicos face à forte frota naval norte-americana. Por exemplo a “união” entre a força naval da Crimeia e a do porto sírio de Tartus, permitir-lhe-ia recuperar a antiga força naval SOVMEDRON (Soviet Mediterranean Squadron). Na prática, o que a Rússia está a fazer com a Crimeia e com a Ucrânia não é nada mais do que fez com a Geórgia e a Ossétia do Sul: salvaguardar os seus interesses estratégicos e as populações de origem russa, seguindo, de certa forma, a linha do que a Europa (União Europeia) e os EUA fizeram com a balcanização da antiga Jugoslávia e, mais recentemente, com a Sérvia, ao aceitarem e impulsionarem a secessão do Kosovo evocando razões política e étnicas, esquecendo a História e a geografia. Tal como fizeram com o Sudão... E para isso, os russos têm vindo a adoptar a ancestral política chinesa de “reconquistarem”, paulatinamente, os seus “suseranos” estratégicos territórios (a minha teoria do Mahjong, já definida em outros espaços) e, no caso russo, o Heartland europeu (a Eurásia), tão bem definida pelo britânico Halford Mackinder. ©Artigo de Opinião publicado no semanário angolano Novo Jornal, secção “1º Caderno” ed. 319 de 7.Março-2014, (pág. 22)